

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER

RODOLFO HAX

FATORES RELEVANTES PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

São Lourenço do Sul

2017

RODOLFO HAX

**FATORES RELEVANTES PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo
Co-orientador: Me. Cristian Rogério Foguesatto.

São Lourenço do Sul

2017

RODOLFO HAX

**FATORES RELEVANTES PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO NO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo – Orientador UFRGS

Prof. Dra. Aline Hernandez UFRGS

Prof. Dr. João Dorneles Ramos UFRGS

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. A toda minha família e a todos que me apoiaram nesta caminhada. Seus fôlegos de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, em especial a Orientação do Professor Eber Pires Marzulo e Coorientação do Tutor Cristian Rogério Foguesatto. A direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presente.

Aos agricultores familiares de São Lourenço do Sul/RS, que me receberam em suas propriedades, abrindo seus corações sobre o futuro de suas escolhas e de seus filhos. Também aos potenciais sucessores, jovens corajosos, que estão buscando os melhores horizontes para construir suas vidas.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Perante as transformações no meio rural e das incertezas à continuidade das famílias rurais, a reprodução social na agricultura familiar por meio da sucessão familiar tende manter a continuação das comunidades rurais e viabilizar o desenvolvimento rural local e regional. Diante disso, o objetivo do estudo é analisar as motivações que orientam os jovens rurais a realizarem a sucessão geracional na agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul/RS. A pesquisa também apresenta informações sobre a caracterização das propriedades familiares dos jovens e analisará os fatores que influenciam na tomada de decisão dos jovens para permanecerem no meio rural, por meio da aplicação de 44 questionários a jovens rurais. A partir da análise das informações foi possível observar um número considerável de fatores relevantes para o processo sucessório na agricultura familiar. Conclui-se que há diversos fatores que influenciam a permanência dos jovens no espaço rural.

Palabras clave: Jovens Rurais. Migração. Agricultura Familiar. Sucessão Familiar. Tomada de Decisão. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

In view of the changes in the rural environment, the uncertainties of the continuity of family farming, productive activities and the evasion of rural youth. Social reproduction in family farm through family succession tends to maintain the continuation of rural communities, and to enable local and regional rural development. Therefore, the aim of the study is to analyze the motivations that guide the rural young people to carry out the generational succession in family farming in the county of São Lourenço do Sul / RS. This research also provides information on the characterization of the family farms of the young people and will analyze the factors that influence the decision making of young people to stay in the rural environment, through the application of 44 questionnaires to rural youths. Results showed that several factors may influence the decision making regarding succession process.

Keywords: Rural Youth. Migration. Family farming. Family Succession. Decision Making. Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Município da realização do estudo.....	22
Figura 2: Níveis de escolaridade	26
Figura 3: Amostra dos jovens respondentes por faixas etárias.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatística descritiva dos jovens agricultores familiares respondentes	25
Tabela 2: Percepção dos fatores relevantes ao processo sucessório (ranking).....	29
Tabela 3: Fatores relevantes atribuídos aos jovens que não tomaram sua decisão frente à sucessão	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

Ha - Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RS – Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E FATORES RELEVANTES.....	15
2.1 SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	15
2.2 FATORES RELEVANTES PARA O PROCESSO SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	17
3 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL	20
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3.2 COLETA E ORGANIZAÇÃO	21
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
3.3.1 Caracterização dos jovens e das propriedades rurais em que estão inseridos	24
3.3.2 Motivações que influenciam nas escolhas dos jovens rurais frente ao processo sucessório	28
4 CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE	40

1. INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul (RS) vem apresentando uma das maiores taxas de migração rural-urbana entre jovens¹ nas últimas décadas (FOGUESATTO; MACHADO, 2015). O mesmo também vem ocorrendo no município de São Lourenço do Sul (município localizado na região sul do RS), segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). De forma mais específica, enquanto que na década de 1970, a população jovem rural era de 7.780, no município, em 2010 reduziu para pouco mais de quatro mil jovens (IBGE, 2010).

Dessa forma, levando em consideração o “esvaziamento rural” que vem ocorrendo com o passar dos últimos anos, entender o desinteresse da população jovem em ficar no meio rural, realizando ou não atividades agrícolas, se faz necessário para analisar os fatores que podem influenciar a sucessão geracional na agricultura, seja ela patronal ou familiar. No contexto da agricultura familiar, destaca-se, por exemplo, a importância da multifuncionalidade como estímulo a sucessão geracional (FACCIN; SCHMIDT, 2013). Para Bastian (2013), atualmente a sucessão ocorre de forma diferente, os jovens do meio rural quando optam em permanecer na atividade rural o fazem por livre escolha, o que a diferencia do período dos anos 1960, onde a sucessão ocorria por muitas vezes por não haver outras opções. O autor ainda complementa, destacando que há décadas atrás as famílias não possuíam problemas quanto à sucessão familiar, visto que geralmente um ou mais filhos sucediam e seguiam com as atividades na propriedade.

Para Panno (2016), o “esvaziamento rural”, especialmente a evasão dos jovens, quando afeta regiões com economia predominantemente agrícola, pode refletir em consequências preocupantes, que se alargam quando a região é caracterizada pela agricultura de base familiar, ou seja, minifúndios representados por propriedade da agricultura familiar, como é o caso da região do município de São Lourenço do Sul. Contudo, a redução do êxodo jovem nas áreas rurais e alternativas que viabilizem a sucessão dessas terras faz parte desse processo de reformulação de um espaço rural muitas vezes infame, fazendo com que a agricultura familiar encontre dificuldades em garantir a sua reprodução social (PANNO, 2016).

¹Conforme a LEI N° 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2011, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.

Silva (2015) destaca em seu estudo que a reprodução social nas propriedades rurais enfrenta novos impasses, em razão das incertezas sucessórias nas áreas rurais familiares. Sendo que esta nova configuração possibilita a descontinuidade da agricultura familiar, e, portanto, a transferência da terra a outros proprietários e a perda do conhecimento de uma geração a outra, como o modo de viver e ser agricultor.

A permanência dos jovens no meio rural possibilita uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural, porém, é necessária uma discussão de forma coletiva entre os atores envolvidos com essa categoria social de produtores, na construção de alternativas e situações viáveis para a permanência dos jovens. Desse modo, a pergunta que orienta esse estudo centra-se em quais são os fatores que podem influenciar a permanência dos jovens no campo no primeiro e quarto distritos do município de São Lourenço do Sul, RS?

As perspectivas para sucessão geracional na agricultura familiar estão mais raras, diminuindo assim, a probabilidade de ocorrer a “passagem do bastão” entre uma geração e outra. Entre os fatores para a não ocorrência da sucessão, Foguesatto et al., (2016) destacam a não obtenção de uma renda regular e satisfatória no meio rural, além de fatores climáticos e de mercado. Conforme os autores, os jovens partem para a cidade em busca de melhores condições de trabalho e renda. Com base nessas informações, o presente estudo justifica-se em buscar compreender as motivações que influenciam na decisão dos jovens frente à sucessão geracional na agricultura familiar.

No campo empírico, vê-se no município de São Lourenço do Sul voltado a colonização européia, constituído por potenciais sucessores e sucedidos, representados por uma amostra típica da população jovem rural local. As evidências apontadas pela pesquisa respondem seus objetivos, possibilitando uma leitura arrojada e contemporânea do espaço rural local, que reproduz a realidade da ruralidade quando nesta prevalece a agricultura familiar. Na perspectiva do perfil dos potenciais sucessores, surgem fatores que modelam e influenciam os rumos decisórios de pais e filhos, voltados à sucessão geracional. Constatam-se as direções, alternativas e tendências que orientam o futuro da agricultura familiar neste município e, apontam para uma preocupação na formação destes jovens sucessores e para a participação da sociedade como um todo.

O objetivo do estudo é analisar as motivações que orientam os jovens rurais a realizarem a sucessão geracional na agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul. A pesquisa também apresenta informações sobre a caracterização das propriedades familiares dos jovens e analisa os fatores que influenciam na tomada de decisão dos jovens para permanecerem no meio rural. Para tanto, há a manutenção de sigilo das fontes de

pesquisa, ou seja, será mantido o sigilo da população-alvo que forneceu as informações à pesquisa.

Além desta introdução, o presente estudo está dividido em mais quatro tópicos, sendo que o seguinte refere-se ao referencial teórico. O tópico três apresenta os procedimentos metodológicos, bem como os resultados e discussão dos dados. Por fim, têm-se as conclusões da pesquisa.

2. A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E FATORES RELEVANTES

Para tratar sobre a base científica, vários trabalhos acadêmicos que analisaram a sucessão geracional na agricultura familiar foram consultados. Destaca-se que, os estudos analisados, entre outras informações, apresentam resultados referentes à reprodução social. Entre os autores em estudo estão: Bastian (2013); Faccin e Schmidt (2013); Foguesatto e Machado (2015); Foguesatto et al., (2016); Kischener (2015); Lima (2006); Maia e Buainain (2015); Matte e Machado (2016); Neves (2009); Panno e Machado (2016); Panno (2016) e Spanevello (2008). Em linhas gerais, nesses estudos os autores buscaram compreender as expectativas de sucessão no meio rural e na agricultura, a partir da caracterização dos jovens sucessores.

No presente estudo, que tem como tema a sucessão familiar, a estrutura teórica que trará uma base científica às análises dos dados empíricos, é composta pelos tópicos “sucessão geracional na agricultura familiar” e “fatores relevantes para o processo sucessório na agricultura familiar”, frente às oportunidades, dificuldades e direcionamentos futuros que o cenário rural lhes apresenta. Neles, também serão discutidos e apresentados os conceitos sobre agricultura familiar. Agricultura familiar refere-se a uma forma de produção na qual predomina a interação entre gestão familiar e trabalho (PANNO; MACHADO, 2016).

2.1 SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Foguesatto et al. (2016), a propriedade familiar difere da patronal por atributos produtivas e de mão de obra utilizada. Portanto, trata-se de um imóvel explorado pelo agricultor e sua família, que use de toda a sua mão de obra e use de forma eventual mão de obra de terceiros, que este lhes assegure a subsistência e o desenvolvimento social e econômico, dentro da área de terras e exploração definida para cada região (FOGUESATTO et al., 2016). No que diz respeito à relação de trabalho, vale ressaltar que as relações diretas do chefe da propriedade e de seus familiares, nas mais diversificadas atividades dela, caracterizam a propriedade como familiar, o que as diferencia de unidades não familiares, onde há uma separação entre propriedade, gestão e trabalho (PANNO, 2016). Ainda, o autor argumenta que:

“Considerando o pressuposto de que a agricultura familiar continua a ser, quase que exclusivamente, uma ocupação geracional [...] especialmente na pequena propriedade rural, os encaminhamentos sucessórios, dentro da própria família, tornam-se fundamentais para a continuidade da agricultura familiar. A sucessão de uma propriedade rural ou negócio familiar é um processo formado por três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional

paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando do negócio” (PANNO, 2016, p. 81).

Para Panno (2016), o processo de transferência de posse é delicado, por envolver membros da família e até mesmo terceiros como, por exemplo, cônjuges. Outro fator delicado é a retirada das gerações mais velhas das responsabilidades da propriedade. Desta forma, percebe-se que as motivações vão além das atividades comerciais que a propriedade pratica. Neste sentido, segundo o autor, o processo de sucessão estará associado a duas imposições de vontade, ou seja, “o sucedido deve ceder sua posição e o sucessor deve assumir o novo posto” (PANNO, 2016). Nota-se que o caminho da sucessão tem duas vias comparáveis, de interesse e vontade mútuos.

A idéia construída em torno da noção de reprodução social tem como “pano de fundo” à perspectiva da continuidade dos indivíduos ou grupos sociais (SPANVELLO, 2008, p. 39). Para a autora, a reprodução social dos agricultores familiares possui uma divisão. De um lado, está a reprodução cotidiana, de outro, a reprodução das gerações futuras, intimamente relacionadas à reprodução dos estabelecimentos e dos indivíduos nela envolvidos. Inserida no processo da reprodução social, a sucessão familiar é definida como uma transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores ou à próxima geração (NEVES, 2009). Ou seja, é um processo que ocorre em um curto ou longo prazo, no qual a família planeja a transferência de conhecimento, trabalho, habilidades, administração, controle e posse da atividade familiar de uma geração para outra.

Para Foguesatto et al. (2016), o processo sucessório na agricultura familiar é definido como a transferência de poder e a transmissão do patrimônio, ou seja, é a transferência do gerenciamento da propriedade rural e a transferência dos bens produtivos. Conforme os autores, o processo de transmissão dos bens patrimoniais ocorre ao final da vida dos pais, ou quando estes estão incapazes física ou mentalmente de gerir a propriedade.

Diante das dificuldades em garantir a reprodução social nos estabelecimentos rurais, onde por consequência a evasão de jovens tem problematizado o processo de sucessão familiar. O tópico a seguir relaciona diversos fatores relevantes, que de certa forma influenciam nas escolhas dos jovens para a transmissão do patrimônio econômico, produtivo e social, assim sendo, o processo sucessório na agricultura familiar.

2.2 FATORES RELEVANTES PARA O PROCESSO SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Spanevello (2008) em seu estudo aborda o tema econômico como sendo de muita importância no processo sucessório. A autora descreve que as motivações e implicações partem do aspecto econômico, da renda originária das atividades. A valorização da produção e o custo de produção devem ser estimulantes, satisfatórios, caso contrário, pode ser um desestímulo para atividade. Outro fator determinante é a estrutura da propriedade, as condições de trabalho bem como as tecnologias disponíveis. É necessária uma tecnologia adequada para uma produção rentável, que haja lucros ao final da safra, e assim, o jovem possa usufruir também de um conforto maior para a família.

Para Neves (2009), a questão renda possui influência conforme relato dos sucessores, segundo o autor, em relação à renda particular dos jovens, é notável que em especial as moças não possuam remuneração de forma regular, porém, também não se demonstram insatisfeitas com a situação, julgando ser aspecto característico da agricultura do tipo familiar. Por outro lado, o autor conclui que essa satisfação é apenas superficial, justificando que os jovens com projetos em atividades distintas do rural, o objetivo é estudar, trabalhar na cidade e ajudar a família. Ainda complementa, dizendo que mesmo os jovens que pretendem seguir a agricultura, são em sua maioria os homens, sendo que estes possuem atividades e rendimentos de forma autônoma na propriedade, ou ainda possuem participação nas decisões relacionadas às economias familiares (NEVES, 2009).

Como ressalta o autor, há entre os jovens a vontade de estudar e migrar para atividades distintas do meio rural, com objetivo de alcançar melhores condições de trabalho e renda, beneficiando toda família, conforme relato dos jovens. Este fato pode ser considerado como uma implicação à sucessão rural, ou seja, existe uma motivação pelos jovens a continuarem seus estudos e assim que concluído este ensino, ocuparem postos de trabalhos nos grandes centros urbanos.

Já para Foguesatto et al., (2016), em seu estudo, relacionam diversos fatores relevantes para a sucessão, ressaltando a vontade dos jovens em buscar o conhecimento e continuar na atividade dos pais na agricultura, destacando ainda que:

“Ainda, apesar de 62% da amostra preferir viver no meio rural por razões de segurança, tranquilidade, rotina menos exaustiva, maior independência no trabalho e custo de vida mais baixo, alguns determinados fatores pesam negativamente na tomada de decisão de permanecer no meio rural e suceder as atividades realizadas pelos pais na agricultura familiar. São eles a ausência de: a) renda regular satisfatória; b) políticas públicas; c) escolas técnicas e universidades; d) reconhecimento dos pais pelas atividades realizadas; e) espaços de lazer; f)

tecnologias para facilitar o trabalho; e g) acesso aos meios de comunicação” (FOGUESATTO et al., 2016, p. 26).

A análise de Maia e Buainain (2015) a partir do novo mapa da população rural brasileira aborda o tema do “esvaziamento rural”, o êxodo rural e a família rural. São vários fatores que podem ser apontados como determinantes da expressiva redução da população rural. Os autores relatam no estudo que mesmo que os centros urbanos não possuam a infraestrutura esperada pela população, ainda são atrativos para os jovens migrarem a eles, justificando que, no meio rural a modernização limitou-se e assim a maioria nas propriedades não possuem a infraestrutura necessária para a permanência dos sucessores.

No mesmo estudo, os autores enfatizam que as unidades produtivas tradicionais poderão ser inviabilizadas por falta de sucessores, como no caso da agricultura familiar, destacando que:

“[...] a dinâmica demográfica nas áreas rurais coloca sérias questões sobre sustentabilidade da atividade agrícola em médio e longo prazo, sobretudo para as mais vulneráveis pequenas unidades produtivas familiares, nos moldes tradicionais. A tendência é a da persistência dessa dinâmica, sobretudo no médio prazo, já que mudanças na dinâmica populacional costumam levar tempo para ocorrer. Este tempo de maturação do esvaziamento oferece oportunidade para a política pública intervir de forma virtuosa neste processo, em duas direções: de um lado, organizando-o tanto no sentido de criar as condições para a reprodução da unidade familiar como sustentar o crescimento da produção agropecuária em um ambiente de restrição na oferta de mão de obra; de outro lado, qualificando a mão de obra rural, em particular os jovens, para tomar a decisão sobre migrar ou ficar, e levá-la adiante com maior probabilidade de sucesso” (MAIA; BUAINAIN, 2015, p. 23).

Embora a taxa de fecundidade brasileira tenha diminuído com o passar das últimas décadas, a taxa de fecundidade rural sempre manteve-se mais alta que a urbana (FOGUESATTO; MACHADO, 2015). Essa informação contribui na problematização no sentido de que o “esvaziamento rural” que vem ocorrendo em várias regiões do país está ligado com a não ocorrência da sucessão familiar no meio rural.

Para Spanevello (2008), os reflexos da saída dos jovens são percebíveis na dinâmica social das comunidades, por meio do aumento do número de pessoas idosas e a diminuição dos jovens, com o envelhecimento do rural. Tal fato reflete nos estabelecimentos rurais e na sua viabilidade, onde que famílias sem sucessão possuem condições produtivas desfavorecidas, tanto em tecnologias ou mesmo em áreas produtivas. Resultando para os agricultores sem sucessão em uma desmotivação devido a ausência dos filhos. Segundo a autora, as implicações para a sucessão ou a desmotivação para a sucessão está associado às condições produtivas e econômicas desfavoráveis e, a divisão sexual do trabalho onde os rapazes possuem condições mais favoráveis.

Por outro lado, as famílias que possuem sucessão, são famílias que possuem maior potencial produtivo e econômico (SPANEVERELLO, 2008). Para Panno e Machado (2016), a infraestrutura da propriedade é fator muito lembrado pelos sucessores, o que vem ao encontro com a ideia de que em uma estrutura adequada nas condições produtivas, nas técnicas de gestão, torna-se favorável à sucessão. Outros aspectos também são determinantes para o processo sucessório, como a comercialização da produção, investimentos públicos de qualidade e o incentivo dos pais também geram interesse sucessório por parte dos jovens (PANNO; MACHADO, 2016).

Nesse sentido, Spanevello (2008) ressalta que tal fato demonstra que os jovens de oriundos de pequenas propriedades rurais passam por maiores dificuldades, o que dificulta sua permanência no campo. Por outro lado, famílias economicamente estruturadas, com maiores propriedades, motivam a permanência do jovem. Além disso, influência da família, dos pais, é outro aspecto importante para a permanência do jovem no meio rural (SPANEVERELLO, 2008).

Em sua pesquisa sobre o município de São Lourenço do Sul, Neves (2009) aborda o tema da sucessão familiar entre agricultores familiares produtores de tabaco e, analisa os diversos fatores que levam as incertezas da sucessão pelos jovens. O autor destaca em seu estudo fatores relevantes para a sucessão familiar, principalmente a qualidade do trabalho agrícola, mas também destaca o reconhecimento como profissão, a remuneração e o endividamento. O projeto de ocupação dos jovens na agricultura é influenciado pela qualidade do trabalho, em que principalmente as moças ocupam as tarefas não reconhecidas enquanto trabalho, ou seja, o trabalho doméstico não possui a devida valorização segundo o autor. Além do fator trabalho, o autor evidencia como aspecto fundamental os rendimentos obtidos pelas atividades agrícolas, a remuneração à família e a remuneração individual, ambos possuem grande influência na motivação dos sucessores.

3 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

A presente pesquisa tem caráter investigativo e analítico, uma vez que parte da busca sistemática da solução de um problema, gerando conhecimentos úteis para pleitear a solução destes (PANNO; MACHADO, 2016). Trata-se das perspectivas ao interesse sucessório para a agricultura familiar. Para tanto, a região de estudo delimita-se a partir de suas características rurais, com predominância de pequenas propriedades rurais. Na coleta de dados empíricos, o estudo tem interesse em investigar as similaridades ou dissonâncias nas escolhas dos jovens em relação à sucessão. Nesse sentido, esta abordagem traz elementos para contemplar e atingir os objetivos propostos nesta investigação, por meio dos subtópicos assim apresentados: 3.1 Procedimentos metodológicos; 3.2 Coleta e organização; 3.3 Análise dos resultados e discussão.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo busca fazer um ensaio, com abordagem quantitativa e qualitativa, por meio de jovens agricultores, filhos de agricultores familiares, que, de maneira distinta ou não, vêm construindo suas escolhas de vida profissional, sobretudo, por meio de decisões pessoais que de certa forma estão diariamente sendo influenciadas por diversos fatores que abordam o tema. A idéia de base teórica reflete aos fatores que influenciam nas escolhas dos jovens, e os dados empíricos buscam compreender o local de estudo, ou seja, os fatores relevantes para as escolhas profissionais dos jovens no meio rural.

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é a atividade que possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real. Além disso, o presente estudo possui caráter exploratório, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Desta forma, o estudo parte de um levantamento bibliográfico por meio de artigos, dissertações e teses relacionadas ao problema de pesquisa. Em seguida, questionários foram aplicados junto aos indivíduos envolvidos ao problema (44 jovens rurais, oriundos de propriedades agrícolas familiares) e inseridos na realidade do tema proposto.

3.2 COLETA E ORGANIZAÇÃO

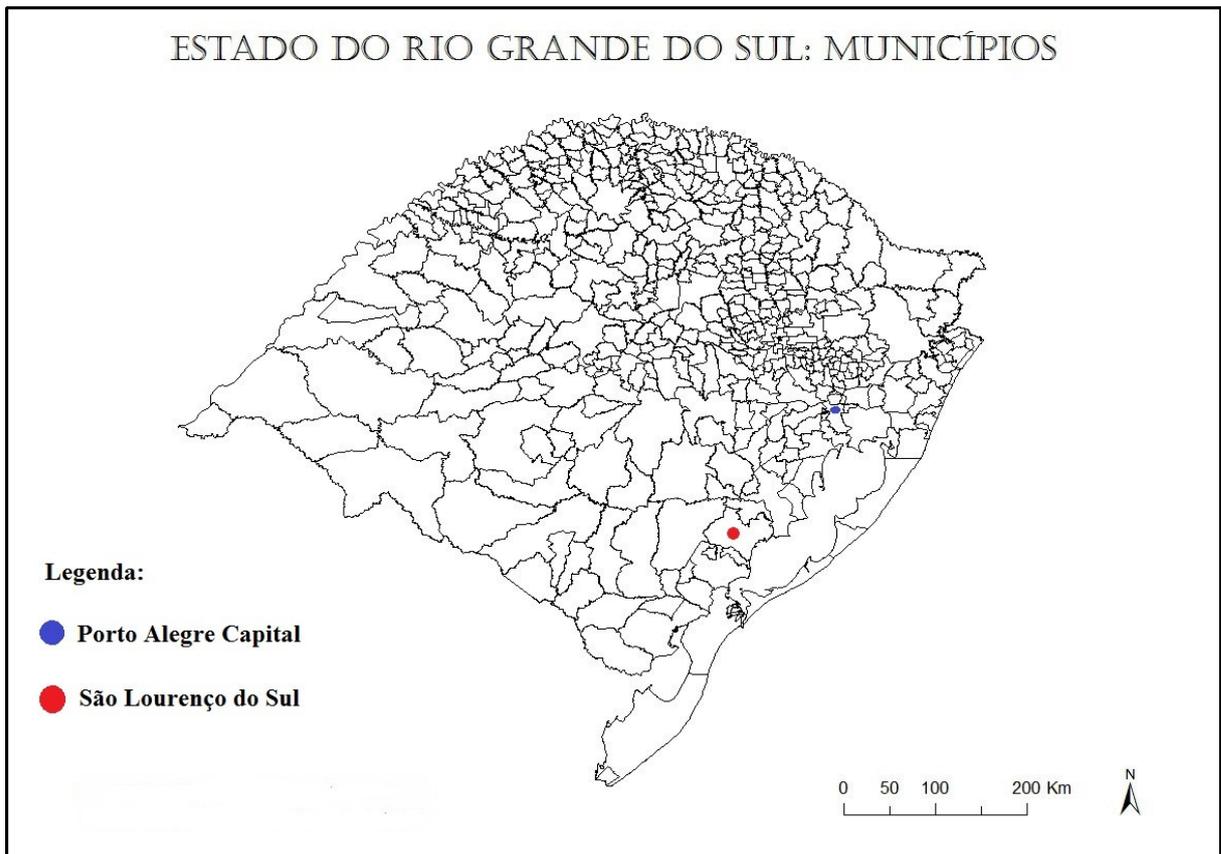
A coleta de dados foi realizada no município de São Lourenço do Sul. Para caracterizar o espaço em estudo, segue uma breve descrição do processo de formação da agricultura familiar no município. Conforme Neves (2009):

“No ano de 1856 o alemão Jacob Rheingantz, viaja à Europa em busca de imigrantes interessados em receber áreas de terras, devendo em troca colonizá-las. Os recém chegados colonos, oriundos da Prússia Oriental e adeptos do protestantismo, receberam áreas de aproximadamente 22 hectares, e trouxeram consigo a experiência da atividade agrícola familiar, com destaque para as produções da batata-inglesa e as atividades fabris” (NEVES, 2009, p. 16).

Nesta descrição, o autor enfatiza o processo de colonização no município de São Lourenço do Sul, colonizado por Alemães e Pomeranos, pequenos produtores rurais ou colonos, hoje denominados de agricultores familiares. Em que suas principais atividades eram à base da agricultura e da pecuária, na produção de tabaco, grãos, leite, carne, entre outros. As propriedades rurais em sua maioria são de pequenas extensões, com média em torno de 20 e 30 hectares. No entanto, a diversidade nelas encontradas é enorme. De acordo com Lima (2006), as principais atividades no espaço estão voltadas para a agricultura, no cultivo da batata, no fumo, do feijão, da soja e pelo cultivo do arroz e, a agropecuária na criação de gado de corte e produção de leite.

Além da pesquisa bibliográfica como já mencionado, 44 questionários foram aplicados com jovens rurais, que participam das atividades agrícolas familiares no primeiro e quarto distritos de São Lourenço do Sul, que se localiza próximo ao centro urbano do referido município, as margens da BR 116. Compreendendo as localidades de Boqueirão, Boqueirão Velho, Sítio, Santa Isabel, Rincão dos Azevedos, Butiá, Reserva, Pedrinhas, Passo do Pinto, Fortaleza, Espinilho, Serra Velha, Sant'ana, Caipira, Picada das Antas, Harmonia, Sesmaria, Bom Jesus I e II, Coxilha do Barão, Passo das Pedras e Potreiros. A presente pesquisa delimita abordagem na microrregião de São Lourenço do Sul, situada ao Sul do RS, na região litorânea as margens da Lagoa dos Patos. A Figura 1 possibilita visualizar o município selecionado no estado do RS.

Figura 1: Município da realização do estudo



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Para Panno e Machado (2016), o Estado do Rio Grande do Sul, apresenta uma grande diversidade em áreas agricultáveis, com latifúndios e minifúndios na produção de cereais e pecuária, o que é característica do município de São Lourenço do Sul

Contudo, as semelhanças estão além das áreas agricultáveis, conforme Foguesatto e Machado (2015), o Estado do RS apresenta uma das maiores taxas de migração rural-urbana entre jovens nas últimas décadas, sendo que esta invasão também vem ocorrendo no município de São Lourenço do Sul, (IBGE, 2010). Ainda de forma mais específica, conforme os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (IBGE, 2010), na década de 1970 a população jovem rural era de 7.780, no município, em 2010 reduziu para 4.364 jovens em São Lourenço do Sul. O que justifica estudar e compreender as escolhas dos jovens rurais, sendo que esta realidade aponta para um cenário negativo para o meio rural.

Desta forma, o estudo se propõe a pesquisar jovens agricultores enquadrados como agricultores familiares beneficiários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conforme a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Usando-se da técnica de amostragem “bola de neve”, que segundo Vinuto (2014), é uma técnica de amostragem

utilizada principalmente para fins exploratórios, de maneira geral, baseia-se em três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes (VINUTO, 2014). Portanto, para a autora, por meio desse tipo de amostragem, torna-se impossível a seleção prévia de cada participante, uma vez que ela se forma a partir de alguns contatos iniciais que colaboram com o pesquisador na indicação de pessoas com o perfil necessário à pesquisa. A autora revela que o procedimento é recomendado para se buscar uma população específica à pesquisa, ou seja, nesse caso, jovens rurais possíveis sucessores das atividades agrícolas. Contudo, a entrevista aos jovens usará também do método de amostra por conveniência, ou seja, a pesquisa utilizara informações dos jovens rurais disponíveis e com maior facilidade de acesso. A escolha da amostra se justifica pela acessibilidade aos jovens, ou seja, as questões como tempo disponível e custos de deslocamento para aplicação do questionário são levadas em consideração.

Para realizar a coleta das informações sobre o processo de sucessão da agricultura familiar, foi produzido um questionário socioeconômico (Apêndice A) a partir da consulta e leitura dos fatores relevantes para a realização da sucessão familiar no meio rural, identificados e elencados nos estudos de: Abramovay et al. (2001); Carneiro (2001); Mello et al., (2003); Stropasolas (2004); Siqueira (2004); Anjos, Caldas e Costa (2006); Costa (2006); Brumer, Pandolfo e Coradini (2008); Spanevello (2008); Weisheimer (2009); Spanevello et al., (2010); Savian (2011); Spanevello et al., (2011); Soares da Silva et al., (2011); Kischener (2015); Zago e Bordignon (2012); Perondi (2016).

Nesse contexto, o presente questionário está dividido em quatro partes. Primeiramente apresenta perguntas sobre a identificação dos jovens, seguido pela caracterização da propriedade e da família. Por fim, as duas partes restantes retratam questões sobre os fatores relevantes ao processo sucessório na agricultura familiar, sendo que essas respostas foram obtidas por meio de escala Likert, onde 1 – Não relevante, 2 – Pouco relevante, 3 – Indiferente, 4 – Relevante e 5 – Muito relevante. Este método de avaliação foi utilizado nas pesquisas de Foguesatto et al., (2016) e Panno (2016) e serve de base para este estudo, onde conforme os autores a escala foi desenvolvido por Rensis Likert com a finalidade de mensurar ações no âmbito das ciências comportamentais. Portanto, neste método os respondentes manifestam sua opinião de acordo com uma determinada medida atribuída.

Para a última etapa foi realizada a análise dos resultados, com embasamento teórico que direcionaram as linhas para a análise das informações e respectivamente os seus resultados observando os objetivos do estudo. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) e Panno

(2016), a pesquisa quantitativa possui suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Para tanto, é utilizada uma quantidade de informações que possibilitam a certificação, aplicabilidade e veracidade dos dados coletados e interpretados. Sendo assim, com base nestes autores, e considerando a quantidade de informações coletadas, a pesquisa segue a análise com perspectiva qualitativa interpretativa, com aporte quantitativo na organização das repostas dos jovens por meio de métodos estatísticos simples, os quais são apresentados nos quadros e tabelas que compõe os resultados, essencialmente, por meio dos percentuais das repostas dos atores e médias das repostas.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este subtópico aborda os resultados e discussões do estudo a partir das informações obtidas por meio da metodologia adotada de coleta de dados, junto à amostra estabelecida. Desse modo, são apresentadas as concepções e análises sobre o estudo, que compõe as motivações que orientam os jovens rurais a realizarem a sucessão geracional na agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul. Como mencionado anteriormente, a pesquisa também apresenta informações sobre a caracterização das propriedades familiares dos jovens e analisará os fatores que influenciam na tomada de decisão dos jovens para permanecerem no meio rural. Para tanto, este subtópico está dividido em duas seções, que por sua vez tendem a responder os objetivos específicos da pesquisa. A primeira parte trata da caracterização dos jovens e das propriedades nas quais os jovens estão inseridos, seguida pela identificação das motivações que estimulam os jovens na permanência no campo ou as suas motivações para saírem do campo.

3.3.1 Caracterização dos jovens e das propriedades rurais em que estão inseridos

Nesta primeira seção, serão caracterizados os jovens rurais participantes da pesquisa. falem disso, faz-se necessário conhecer e compreender, mesmo que de forma superficial, as propriedades rurais onde eles estão inseridos . Nesse sentido, é importante fazer uma leitura dessa realidade considerando as características do rural e suas características. Primeiramente, conforme o instrumento de coleta de informações utilizado buscou-se caracterizar o perfil dos jovens agricultores familiares, a partir de informações sobre sexo, faixa de idade, estado civil, escolaridade, endereço e área em hectares (ha) da propriedade rural em que residem. Em

relação ao sexo dos respondentes, ressalta-se que 24 indivíduos são do sexo masculino, e, 20 indivíduos são do sexo feminino, o que demonstra que a amostra possui homogeneidade em relação ao sexo. Vale ressaltar que, para Neves (2009), a migração de jovens vem se acentuando a cada ano, em especial para as jovens moças, e que em consequência reproduz o envelhecimento e a masculinização nas propriedades rurais. A fim de visualizar as demais informações sobre os jovens respondentes, segue abaixo a Tabela 1, sendo que a mesma utiliza medidas de frequência e variabilidade. Na Tabela 1, apresentam-se características referentes à área própria, área arrendada, faixa de idade, grau de escolaridade e estado civil dos jovens agricultores familiares.

Tabela 1: Estatística descritiva dos jovens agricultores familiares respondentes

Área de terras		Média	Mín.	Máx.	DP^a
Área própria (ha)	-	18,84	0	56	12,87
Área arrendada (ha)	-	12,28	2	50	12,39
Área total (ha)	-	22,94	2	62	14,58
Escolaridade	Frequência %				
Fundamental – Incompleto	11,9				
Fundamental – Completo	11,9				
Médio – Incompleto	11,9				
Médio – Completo	28,57				
Superior – Cursando	9,52				
Superior – Completo	26,19				
Estado civil	Frequência %				
Solteiro (a)	71,42				
Casado (a)	28,58				
Faixa de idade	Frequência %				
15 a 19 anos	26,19				
20 a 24 anos	26,19				
25 a 29 anos	47,62				

^a Desvio Padrão.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

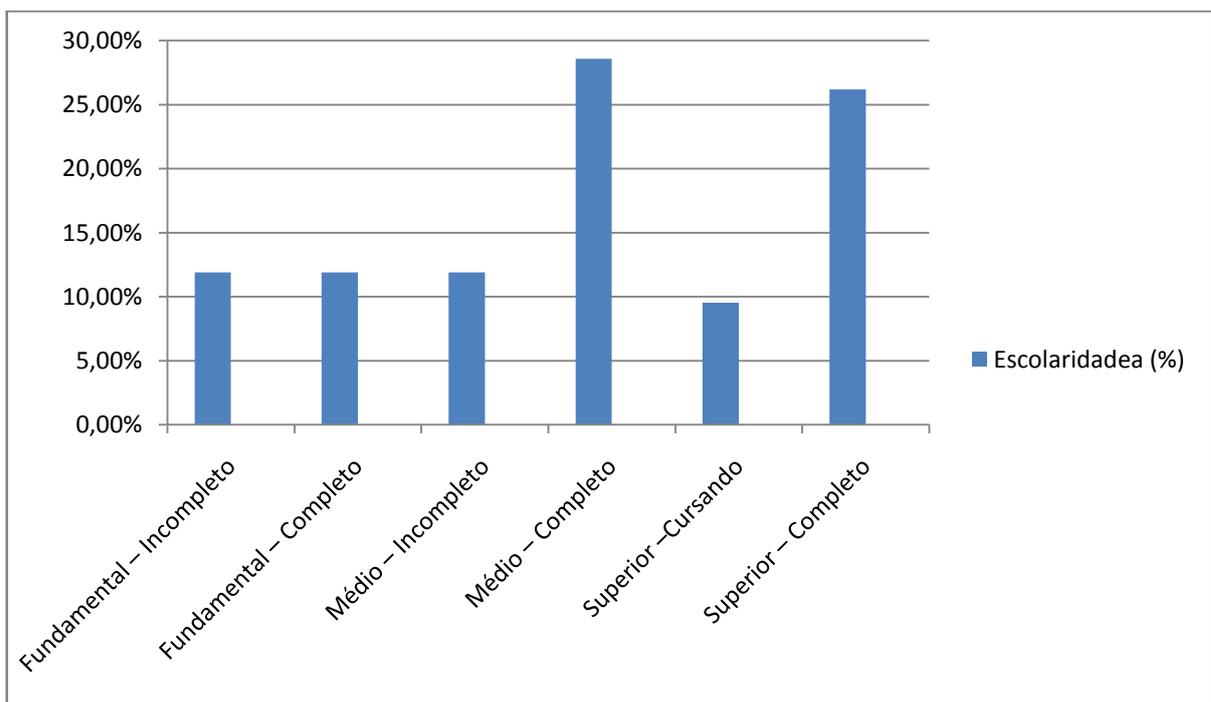
No que se refere ao tamanho da área das propriedades, vale ressaltar que, conforme foi destacado na metodologia da pesquisa, os respondentes deveriam ser agricultores familiares conforme a DAP, isto é, possuir como característica quatro módulos fiscais no máximo. Onde, conforme destaca o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o município de São Lourenço do Sul um módulo fiscal representa 16 ha. Para Neves (2009), o módulo rural foi criado com o intuito de limitar o tamanho mínimo de terra para a sobrevivência da família rural e, que segundo o Estatuto da Terra, nenhuma propriedade poderia ser fragmentada em unidades menores ao módulo fiscal. Nesse sentido, podemos

observar que todos os respondentes enquadram-se como agricultores familiares, sendo que as propriedades não ultrapassam os 64 ha, ou seja, os quatro módulos fiscais.

Quando se trata de área de terras em regime de arrendamento, se registrou que há somente uma família com uma área maior em regime de arrendamento, e esta possui uma área de 50 ha . A média da área em regime de arrendamento por família é abaixo da área própria das famílias, bem como, são famílias em menor proporção que utilizam esta prática de arrendamento. Também vale destacar que somente uma família não possui área de terras própria, sendo que a mesma possui suas atividades e geração de renda em área de regime de arrendamento.

Em relação ao nível de escolaridade, buscou-se classificar os respondentes em grupos conforme apresenta a Tabela 1 e a Figura 2 respectivamente.

Figura 2: Níveis de escolaridade



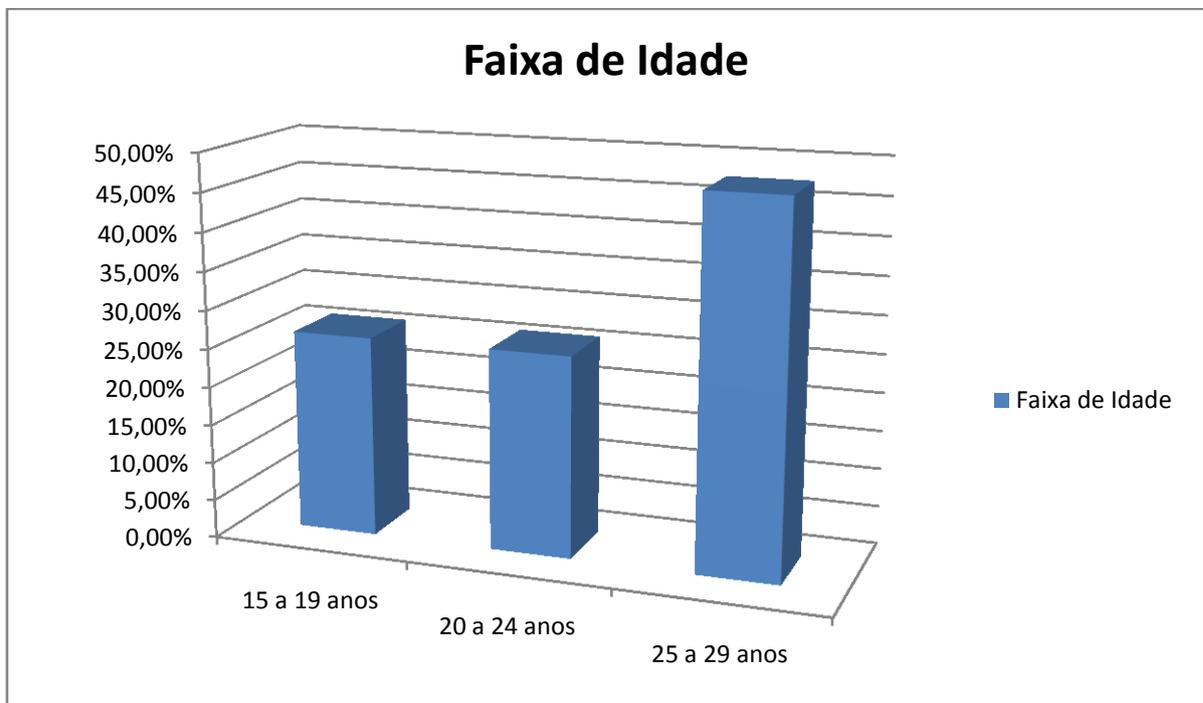
Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

De uma maneira mais clara e objetiva, é possível observar na Figura 2, os níveis de escolaridades em ensino médio completo e superior completo, e sua semelhança quanto a quantidade, sendo que ambos possuem percentuais maiores referente aos demais, (respectivamente 28,57 % e 26,19 %). Já para os níveis de ensino fundamental incompleto, completo e ensino médio incompleto as porcentagens se igualam, ou seja, 11,90 %.. Vale ainda ressaltar que 9,52 % dos jovens respondentes estão cursando o nível superior nas mais

variadas áreas do conhecimento, assim como, os jovens que já concluíram o ensino superior. Entre estas áreas do conhecimento podemos relacionar os cursos de administração, ciências contábeis, direito, matemática, letras, agronomia, pedagogia, gestão pública e computação. Esses cursos são ou foram realizados em instituições públicas e privadas.

Dando seqüência às informações apresentadas na Tabela 1, no que se refere ao estado civil dos jovens respondentes, nota-se que a maioria dos jovens são solteiros (71,42 %) e, 28,58 % são casados. Ainda e em destaque na Figura 3 que segue abaixo, pode-se visualizar a distribuição da amostra de jovens respondentes na pesquisa por faixa etária.

Figura 3: Amostra dos jovens respondentes por faixas etárias



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

No que diz respeito à faixa de idade dos jovens respondentes, a mesma segue o critério estabelecido pelo Estatuto da Juventude, onde são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Para tanto, o questionário aplicado subdividiu em faixas etárias, ou seja, os jovens responderam sua idade dentro das faixas de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Percebe-se que há uma maior predominância de jovens respondentes com idade entre 25 a 29 anos. Esta faixa etária possui 47,62% do total de jovens, já para as faixas de idade entre 15 e 19 anos e 20 a 24 anos a quantidade é a mesma em ambos, ou seja, 26,19%.

Em relação à questão geográfica da amostra, ou seja, quanto às localidades e os distritos onde estão inseridos os jovens respondentes, segue abaixo a relação dos distritos e das localidades com seus respectivos respondentes desta forma agrupados:

No 1º distrito estão as localidades de:

Um respondente: Butiá, Boqueirão Velho, Serra Velha.

Dois respondentes: Rincão dos Azevedos, Reserva.

Três respondentes: Espinilho, Sítio, Fortaleza

Quatro respondentes: Boqueirão, Santa Isabel.

No 4º distrito estão as localidade de:

Um respondente: Reserva, Sesmaria.

Dois respondentes: Bom Jesus I, Caipira, Fortaleza, Picada das Antas.

Três respondentes: Coxilha do Barão, Sant'ana.

Quatro respondentes: Harmonia.

Percebe-se que o número de respondentes varia em cada localidade, sendo que, a amostra está distribuída no primeiro e quarto distritos do município, por virtude da metodologia utilizada.

Em linhas gerais, o presente tópico visou descrever as principais características dos jovens respondentes e as principais características das propriedades da agricultura familiar onde estão inseridos. Em síntese são informações como faixa de idade, escolaridade e sexo dos jovens, bem como informações de área das propriedades rurais. A seguir, são apresentados as motivações que influenciam nas escolhas dos jovens rurais para a tomada de decisão.

3.3.2 Motivações que influenciam nas escolhas dos jovens rurais frente ao processo sucessório

Esta segunda seção trata em identificar os fatores relevantes e motivadores que influenciam as escolhas dos jovens na tomada de decisão para a sucessão familiar. Para tanto, foram apresentadas aos respondentes 30 fatores relevantes, baseados em estudos revisados, já mencionados na metodologia. A partir disso, é possível visualizar na Tabela 2 o ranking, a média, moda e o desvio padrão destes fatores, que estão classificados em ordem decrescente, levando-se em consideração o valor da média.

Tabela 2: Percepção dos fatores relevantes ao processo sucessório (ranking)

Fatores relevantes	R^a	M^b	Mo^c	DP^a
Transformações no mercado e dificuldade de comercialização dos produtos	1	3,81	4	1,12
Intempéries climáticas e outras incertezas na agricultura geram desmotivação em permanecerem no meio rural	2	3,78	5	1,16
Escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano	3	3,67	4	1,27
Prejuízos à saúde provocados pela penosidade do trabalho	4	3,62	4	1,33
Dificuldades no trabalho agrícola: cansativo, falta de horário, baixa valorização social, baixos rendimentos, falta de lazer	5	3,55	5	1,38
Aquisição de tecnologias para facilitar o trabalho	6	3,54	4	1,16
Outras expectativas profissionais nos centros urbanos	7	3,38	4	1,41
Valorização do estudo como meio de ascensão (avanço para outros mercados de trabalho)	8	3,36	4	1,25
Participação em cooperativas/associações	9	3,35	4	1,17
Políticas públicas como, por exemplo: Assistência Técnica, Crédito Fundiário, Pronaf Mais Alimentos, Programa Minha Casa Minha Vida no Campo, entre outros	10	3,23	3	1,29
Atividades não agrícolas são mais atrativas	11	3,22	3	1,33
Ausência de expectativa de geração de renda regular e satisfatória	12	3,14	4	1,24
Acesso à terra	13	3,09	5	1,48
Incentivo dos pais para os jovens saírem do meio rural	14	3,05	4	1,48
Desvalorização do trabalho agrícola com a oferta (disponibilidade) de emprego urbano	15	3,04	3	1,21
Ausência de escolas técnicas, agrícolas e universidades na zona rural	16	3,02	1	1,49
A noção de “vida urbana” com mais liberdade e lazer	17	3	4	1,38
Troca de experiências com jovens da cidade desestimulam a permanência no meio rural	18	2,98	4	1,40
Ausência de remuneração fixa pelo trabalho do filho na agricultura	19	2,97	3	1,39
Desvalorização da identidade de agricultor	20	2,90	2	1,33
Acesso aos meios de comunicação, como a internet	21	2,88	3	1,28
Imagem inferior de jovens do meio rural em comparação jovens da cidade	22	2,87	3	1,20
Ausência de outras fontes de renda (ex., pluriatividade e transferências sociais)	23	2,81	4	1,12
Ausência dos filhos na participação das decisões produtivas na propriedade	24	2,78	2	1,22
Tomada de decisão apenas sob controle dos pais	25	2,74	3	1,33
Participação feminina em atividades produtivas e administrativas	26	2,68	2	1,17
Ausência de estímulo à permanência por parte dos pais	27	2,64	1	1,32
Falta de diálogo entre membros da família, principalmente pais e filhos para o planejamento da sucessão	28	2,57	3	1,14
A propriedade não comporta todos os filhos na atividade rural	29	2,30	1	1,38
Desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação)	30	2,24	1	1,13

^a Ranking. ^b Média. ^c Moda. ^d Desvio Padrão.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

O fator com maior média é “Transformações no mercado e dificuldade de comercialização dos produtos”. Uma possível razão para este resultado é a preocupação dos jovens com a destinação dos produtos produzidos na agricultura, bem como, a valorização dos mesmos, que conseqüentemente resulta em renda as famílias. Costa (2006), afirma que não há uma estrutura de mercado capaz de absorver a produção dos agricultores familiares e a maioria destes está preparado para produzir, porém, como não possuem comércio, alguns acabam de parar com a produção.

Esta desmotivação quanto à comercialização afirmada pelos jovens respondentes, influência também para a permanência dos jovens nas atividades da propriedade, por impactar diretamente na renda e viabilidade das propriedades. A autora ainda destaca que a queda das rendas agrícolas, motiva o surgimento de atividades não-agrícolas entre os jovens como uma alternativa para aqueles que normalmente não se sentem mais comprometidos em reproduzir as funções de seus pais (COSTA, 2006).

Para Spanevello (2008) é possível observar, de um lado, agricultores que não conseguem produzir nos moldes do mercado capitalista e, de outro, aqueles agricultores que encontram saídas pelas relações mercantis a porta para profissionalizar a produção familiar, ou seja, aumentar a produtividade por meio das novas tecnologias disponíveis e acesso a terra. O que nos remete pensar nos futuros sucessores, e da importância de criar um ambiente favorável para quem vai suceder, sendo que este ambiente inclui desde a produção até a comercialização.

Os fatores com segunda maior média são as “Intempéries climáticas e outras incertezas na agricultura geram desmotivação em permanecerem no meio rural”, sendo apontado por boa parte dos entrevistados como fator muito relevante, conforme mostra a Tabela 2 na coluna moda. Na pesquisa de Costa (2006), este fator aparece como uma “Crise de expectativas”. Ainda, segundo a autora, este fator contribui para o aumento a desmotivação de quem vive no meio rural, e de quem possui perspectivas de permanecer nas atividades rurais.

No estudo de Neves (2009) em São Lourenço do Sul, às incertezas são similares, onde os jovens apontam para as rendas incertas na agricultura e problemas climáticos como a seca e granizo em possíveis fatores desmotivadores para a permanência no meio rural. Spanevello (2008) destaca a instabilidade climática entre outros fatores como uma desvantagem para a exploração agrícola, bem como para a permanência dos sucessores na propriedade rural. Spanevello (2008) e Neves (2009) consideram tais fatores como incertezas para a sucessão, sendo que estas incertezas são semeadas pelas próprias mudanças estruturais no meio rural,

sendo elas produtivas, econômicas e sociais e, pelo encurtamento das distâncias entre rural e urbano afetando a produção e o processo de tomada de decisão para a sucessão.

O terceiro fator relevante com a maior média é a “Escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano”. O mesmo apresenta a moda no nível 4, ou seja, boa parte dos respondentes considerou o fator como relevante. Retomando a seção anterior, é possível observar que o grau de escolaridade entre os jovens respondentes esta concentrado em níveis de ensino médio e superior.

Para Matte e Machado (2016), no que diz respeito à escolaridade, há uma relação contrária entre o grau de escolaridade e a permanência no meio rural, ou seja, quanto mais escolarizado for o jovem, menor será a probabilidade de ele permanecer no seu ambiente de origem. Kischener (2015) destaca que a exclusão ou falta de atenção sobre os projetos de vida dos filhos nos mecanismos de reprodução social da família desviam a escolha de permanência dos jovens. Neste contexto, a pesquisa mostra que 26 jovens declararam manter também atividades fora da propriedade, ou seja, possuem renda de atividade não agrícola, e apenas quatro jovens não possuem pelo menos o ensino médio na sua escolaridade. Este resultado vem ao encontro às afirmações dos autores, onde que quanto maior a escolaridade dos jovens, menor a possibilidade de que o mesmo mantenha-se no meio rural.

Para Spanevello (2008), a divisão do espaço da família juntamente com a escola, representa para alguns pais um espaço de conflito, pois intentem que a educação formal transmite conhecimentos diferentes que os tradicionais aos seus filhos. Assim, esta transferência do conhecimento acaba por desvalorizar os saberes tradicionais, antigos, passados de geração em geração, modificando assim a relação com o fazer e a relação dos pais e filhos. Abrindo leques, influenciando nas escolhas dos filhos ou até mesmo intervindo nas tomadas de decisões em reproduzir a ocupação dos pais, levando-os a sair do meio rural ao perceberem que o urbano oferece ocupações mais bem remuneradas comparadas com a agricultura.

Ainda no que se refere à educação dos jovens respondentes, a valorização do estudo como meio de ascensão para outros mercados de trabalho e, outras expectativas profissionais nos centros urbanos são destacadas entre os fatores relevantes na pesquisa. Neste sentido, a pesquisa por meio do questionário pergunta aos jovens respondentes, quem irá continuar na propriedade rural familiar? E quando a resposta fosse “não decidi”, solicitava que fossem enumerados os fatores relevantes para tal. Como podemos ver na Tabela 3, a média e a moda com maior valor é para o fator “Vou concluir meus estudos e após tomarei a decisão”. Ou

seja, a maior parte dos jovens respondentes elencou este fator como o de maior relevância para a tomada de decisão.

Tabela 3: Fatores relevantes atribuídos aos jovens que não tomaram sua decisão frente à sucessão

Fatores relevantes	R^a	M^b	Mo^c	DP^d
Vou concluir meus estudos e após tomarei a decisão	1	3,89	5	1,57
Indefinição sobre o meu futuro	2	3,88	4	1,16
Estou aguardando o futuro da agricultura	3	3,29	4	1,44
Estou a espera de alternativas profissionais nos centros urbanos	4	3,17	5	1,46
Sou muito jovem para esta decisão	5	2,70	4	1,49
Há mais de um interessado para suceder as atividades agrícolas, porém, há pouca estrutura disponível para todos	6	2,64	1	1,61

^a Ranking. ^b Média. ^c Moda. ^d Desvio Padrão.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da pesquisa (2017).

O fator “Indefinição sobre o meu futuro” foi o segundo no ranking da média conforme a Tabela 3. A primeira vista se percebe que não há uma posição clara dos jovens quanto o seu futuro, sendo que os mesmo aguardam por outros fatores se concluírem e após tomarem a decisão de seguirem ou partirem. Para Panno (2016) a indefinição dos jovens esta atrelada na maioria das vezes a pouca idade, considerando que existe uma idade mais apropriada para as tomadas de decisões. No entanto, a indefinição sobre o futuro dos filhos tem abalado de forma mais considerável a maneira dos pais pensarem a sucessão. No mesmo sentido, a espera por escolhas profissionais aparece com certo destaque para estes pais e filhos (PANNO, 2016).

Vale aqui destacar o terceiro fator na Tabela 3, “Estou aguardando o futuro da agricultura”, destaca a incerteza quanto ao cenário da agricultura, resultando em insegurança para os jovens quanto à escolha profissional. Esta situação contribui para a preparação do perfil dos potenciais sucessores, fatores que moldam e influenciam os encaminhamentos decisórios de pais e filhos, voltados à sucessão geracional e orientação de valor desses, observam-se as possibilidades, alternativas e tendências que moldam o futuro da agricultura familiar nesta região (PANNO, 2016; SPANEVELLO, 2008).

Retomando as informações da Tabela 2, quando questionados sobre os prejuízos à saúde provocados pela penosidade do trabalho agrícola, o mesmo aparece elencado em quarto lugar, sendo que este vem ao encontro do quinto fator, ou seja, para as dificuldades no trabalho agrícola: cansativo, falta de horário, baixa valorização social, baixos rendimentos, falta de lazer. Seguidos pela moda 4 e 5 respectivamente, o que demonstra a relevância dada pelos jovens respondentes quando questionados sobre o assunto.

O assunto penosidade do trabalho agrícola ou as dificuldades no trabalho agrícola tem provocado varias discussões e estão contidos em diversos estudos quando relacionados a sucessão familiar e a tomada de decisão. Matte e Machado (2016) citam diversos autores engajados neste tema e que tem discutido sua relevância para o processo sucessório no meio rural. Segundo os autores, na atualidade, os padrões de referência em torno da sucessão vêm sofrendo modificações, como mostra Carneiro (1999), Silvestro et al., (2001), Mello et al., (2003) e Spanevello (2008). Para estes autores, as mudanças estruturais na sociedade em geral, desde a questão da renda, da penosidade do trabalho agrícola, da desvalorização da ocupação, da falta de lazer no meio rural, entre outros, geram implicações na sucessão das propriedades rurais (MATTE; MACHADO, 2016).

Foguesatto e Machado (2015) contribuem afirmando que existem características consideradas negativas no meio rural, considerados como fatores de expulsão. Tais fatores de expulsão têm surgido em destaque nas escolhas dos jovens, entre eles estão relacionados à penosidade do trabalho, a falta de motivação, a falta de autonomia na realização das atividades, a dependência climática e uma renda considerada insatisfatória. Vejamos que a certa predominância nas escolhas dos jovens, independentemente da região que estão inseridos, conforme os autores, a penosidade do trabalho, a renda insatisfatória, a falta de lazer e desvalorização social estão influenciando nas escolhas e nas tomadas de decisão par o processo sucessório. E que de fato a presente pesquisa demonstra a partir dos resultados já elencados, o *ranking* dos fatores relevantes tem semelhanças aos demais estudos já realizados.

No que se refere aos fatores que envolvem as políticas públicas como, por exemplo, Assistência Técnica, Crédito Fundiário, Pronaf Mais Alimentos, Programa Minha Casa Minha Vida no Campo, entre outros, bem como, a participação em cooperativas/associações e ao acesso de tecnologias para facilitar o trabalho, os jovens respondentes os ainda elencaram entre os 10 primeiros no *ranking* conforme a Tabela 2. Neste sentido, faz se compreender que tais fatores têm influenciado na tomada de decisão dos jovens de sair das propriedades rurais e não sucederem seus pais. O que torna cada vez mais importante que tal compreensão é necessária para entender os desdobros decorrentes das decisões das gerações futuras, bem como para gerar políticas públicas e condutas de organizações envolvidas com a categoria de agricultores familiares como, por exemplo, associações e cooperativas de agricultores familiares.

Neste sentido, pode-se observar o quanto estes fatores estão atrelados uns aos outros, e quando se tratado ao tema da sucessão familiar deve-se haver uma expressiva importância para a construção de políticas públicas. Sendo assim, devido a influencia no processo de

tomada de decisão dos jovens agricultores, se faz necessário formular instrumentos capazes de suprir as demandas das famílias produtoras. No estudo de Foguesatto et al., (2016) o fator políticas públicas surge como segundo fator mais relevante na tomada de decisão, destacando que a falta de políticas públicas é elemento que resulta na migração, na evasão dos jovens para demais atividades distintas ao meio rural. A ausência ou ineficiência das políticas públicas voltadas à agricultura familiar interfere diretamente em oportunidades de comercialização e na garantia de renda. Outro fator também relevante é o acesso a tecnologias para facilitar o trabalho, sendo que o mesmo surge também evidenciado no estudo de Foguesatto et al., (2016).

Spanevello (2008) que a penosidade do trabalho não é considerada fator tão influenciador o quanto os fatores externos a propriedade como, por exemplo, os altos custos dos insumos e os baixos preços dos produtos agrícolas. No que se refere a políticas públicas, o autor evidencia que a maior parte dos agricultores requer a participação do Estado em políticas de crédito e garantia de preços, assim como a valorização da identidade agricultor e agricultoras que acumulam duplas funções, como domésticas e agricultoras. Esse somatório de fatores desmotivadores resulta em desvalorização da classe agricultor, e conseqüentemente na baixa estima das futuras gerações e para a sucessão familiar.

Em linhas gerais, o presente tópico visou descrever os principais fatores relevantes apontados pelos jovens respondentes, responsáveis pelas escolhas para as tomadas de decisões. Os resultados aqui descritos representam os 10 primeiros fatores de maior relevância conforme a Tabela 2. Neste mesmo sentido, observa-se que os 9 primeiros fatores aqui discutidos possuem a moda igual ou maior que 4, e apenas o décimo fator apresenta moda 3, o que demonstra a relevância dos fatores para o tema sucessão familiar. Contempla-se também, a percepção de outros autores que tratam a sucessão família como reprodução social.

4 CONCLUSÃO

Este estudo abordou o tema da sucessão geracional nas propriedades rurais no primeiro e quarto distritos de São Lourenço do Sul/RS. Com o propósito de identificar os fatores relevantes que influenciam os jovens na tomada de decisão profissional, ou seja, nas escolhas de permanecerem no meio rural nas atividades dos seus pais, ou migrarem para outros campos de emprego e trabalho. Considera-se que este estudo poderá vir a ser utilizado na formulação de políticas públicas e ações direcionadas ao público da agricultura familiar.

Para atender os objetivos propostos pela pesquisa, fez-se necessário conhecer a realidade local, sendo que as propriedades rurais em estudo estão inseridas no contexto da agricultura familiar. Já os jovens respondentes em sua maioria possuem idade entre 25 e 29 anos e, de maneira geral possuem um nível médio alto de escolaridade, o que também são fatores influenciadores e importantes na perspectiva sucessória. Diante disso, temos os fatores relevantes com maior influência para as escolhas dos jovens rurais, que são: A dificuldade na comercialização e valorização dos produtos agrícolas; Desmotivação por meio das incertezas no meio rural principalmente pelas intempéries climáticas; Urbano com maiores oportunidades a partir da escolarização dos jovens; Prejuízos a saúde por meio da penosidade das atividades agrícolas; Desvalorização social; Falta de renda satisfatória e lazer; Falta na participação de instrumentos de trabalho mutuo e falta de acesso a novas tecnologias e políticas públicas.

A compreensão que os agricultores possuem da sua situação e do futuro de sua propriedade acabam influenciando suas decisões e conduzem as decisões de seus sucessores. Percebe-se que famílias com menor estrutura acabam a direcionar seus filhos para outras atividades distintas. Para Panno e Machado (2016) as escolhas dos jovens por permanecer na propriedade familiar e suceder seus pais é fortemente influenciada pelas circunstâncias econômicas e ambientais dos sistemas e cenários agrícolas em que estão inseridos. A partir dos dados primários, percebe-se que os fatores mais relevantes estão ligados a aspectos econômicos, e assim nota-se que as propriedades possuem este potencial de viabilizar as famílias e os sucessores, porém, é preciso que haja oportunidades para isso, ou seja, o retorno financeiro é fundamental para a tomada de decisão e, que dificilmente outra atividade irá gerar retorno na mesma proporção.

A análise e interpretação dos dados alcançados pela pesquisa de campo possibilitam encontrar resultados especiais. Sobre a escolaridade dos jovens, de maneira geral, apresentam boa escolaridade, diante do espaço e possibilidade acadêmica existente no local. Aliado a este,

é constatado que os jovens possuem maior interesse para o ensino em áreas distintas da agricultura, gera assim mais um fator de relevância na possibilidade de sucessão familiar. Para Panno (2016) o quadro sucessório em pequenas propriedades rurais se torna mais alarmante na medida em que, além das possibilidades de melhoramento acadêmico estar sendo percebidas como um impedimento no interesse sucessório, mesmo entre aqueles que preferem cursos na área agropecuária, a perspectiva não se altera, ou até se agrava.

De fato a sucessão familiar representa a continuidade da atividade produtiva para as propriedades da agricultura familiar. Ela possui a capacidade de assegurar a transferência do patrimônio à próxima geração, ameniza o “esvaziamento” das regiões rurais e o afastamento daqueles que permanecem nas áreas rurais. Também, assegura o cuidado aos pais na velhice, contribui com a produção de alimentos e para o desenvolvimento rural local e regional. Neste sentido, as constatações por meio dos resultados esclarecem a necessidade de ações em prol da sucessão familiar, a compreensão dos fatores é importante para a formulação e o desenvolvimento de medidas pontuais para o setor, ou seja, políticas públicas com participação de instituições públicas, comunitárias, particulares, como universidades, sindicatos, cooperativas e empresas privadas no setor agropecuário. Deve haver clareza e objetividade nas ações a fim de direcionar e criar expectativas de sucessão aos jovens, acima de tudo, que a sucessão pode ser vista como uma possibilidade de futuro.

REFERÊNCIAS

BASTIAN, H. L. **Motivações e Implicações para a sucessão familiar dos jovens da comunidade rural Dona Josefa, município de Vera Cruz/RS**. 44f. (Monografia – Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural a Distância). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em 04 Set. 2017.

COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. 107f. (Tese – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

FACCIN, O. P.; SCHMIDT, C. E. F.. Sucessão nas Propriedades Rurais Familiares Integrantes de uma Cooperativa Agropecuária. **ESCOOP**. Porto Alegre, p. 371-396, 2013.

FOGUESATTO, C. R. et al. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.37, n.130, p.15-28, 2016.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO J. A. D. A tomada de decisão dos jovens no processo migratório ruralurbano no Brasil: panorama entre 1970 e 2010. **Enciclopédia biosfera**. Goiânia, v.11 n.21, p. 2793-2802, 2015.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. (Orgs.) **Métodos de Pesquisa**. UFRGS. Porto Alegre, p. 1-120, 2009.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Infográficos: **Evolução populacional e pirâmide etária**. Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010. Disponível em:<<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/populacao.php?lang=&codmun=431880&search=rio-grande-do-sul|sao-lourenco-do-sul|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>>. Acesso em 27 mar. 2017.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional, 2010**. Brasília, 2011. Bancos de Dados, SIDRA, Tabela 200. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

INCRA : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulos fiscais municípios**. Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 15 de out. 2017.

KISCHENER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do sudoeste do Paraná**. 175f. (Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco 2015.

MAIA, A.G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confin: Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n. 25, p. 1–16. 2015.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**. Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016.

NEVES, J. A. S. das. **Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção de fumo em São Lourenço do Sul – RS**. 169f. (Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

PANNO, F. **Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores**. 166f. (Tese – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. A sucessão em propriedades rurais familiares de frederico westphalen/rs: Influências e direcionamentos decisórios dos atores. **Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 21, n 3, p. 217 – 237, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL. **Lei Orgânica Municipal**. Estabelece Localidades por Distritos do Município de São Lourenço do Sul. 2007.

LIMA, M. I. F. **Paisagem, Terroire sistemas agrários: Um estudo em São Lourenço do Sul**. 151f. (Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

SILVA, V. T. C.da. **Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos**. 132f. (Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 236f. (Tese – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

APÊNDICE

Apêndice A: Questionário

Circule a “LETRA” que corresponda ao seu grau de concordância e as responda!

1. Características do jovem:

1.1 Faixa de idade: **A** 15 a 19 anos. **B** 20 a 24 anos. **C** 25 a 29 anos.

1.2 Escolaridade: **A** Fundamental – Incompleto. **B** Fundamental – Completo.

C Médio – Incompleto. **D** Médio – Completo. **E** Superior –Cursando – Qual, local, e instituição de ensino? _____ . **F** Superior – Completo - Qual, local, e instituição de ensino? _____ .

1.3 Sexo: **A** Masculino. **B** Feminino.

1.4 Possui renda fixa: **A** Bolsa família. **B** Bolsa de estudos. **C** Atividade não agrícola. **D** Outros, qual? _____ .

Qual a faixa de renda mensal da sua família ou de você?

A Até 2 salários mínimos. **B** Mais de 2 até 3 salários mínimos. **C** Mais de 3 até 5 salários mínimos. **D** Mais de 5 até 10 salários mínimos. **E** Mais de 10 salários mínimos.

1.5 Qual o seu estado civil?

A Solteiro(a). **B** Casado(a). **C** Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a). **D** Viúvo(a). **F** Outro.

1.6 Quantos filhos você tem?

A Nenhum. **B** Um. **C** Dois. **D** Três. **E** Quatro ou mais.

1.7 Como você se considera?

A Branco(a). **B** Negro(a). **C** Pardo(a)/mulato(a). **D** Amarelo(a) (de origem oriental). **E** Indígena ou de origem indígena.

2. Características socioeconômicas da família:

2.1 Quantos irmãos você tem?

A Nenhum. **B** Um. **C** Dois. **D** Três. **E** Quatro ou mais.

2.2 Qual a idade e escolaridade dos irmãos? Descreva abaixo para cada indivíduo conforme a questão “1.1 e 1.2” deste questionário.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

2.3 Quais irmãos residem e estão envolvidos nas atividades da propriedade? (responda relacionado ao número concedido a cada indivíduo na questão “2.2”)

2.4 Idade dos pais? Pai: _____ Mãe: _____

2.5 Como o pai se considera?

A Branco(a). **B** Negro(a). **C** Pardo(a)/mulato(a). **D** Amarelo(a) (de origem oriental). **E** Indígena ou de origem indígena.

2.6 Como a mãe se considera?

A Branco(a). **B** Negro(a). **C** Pardo(a)/mulato(a). **D** Amarelo(a) (de origem oriental). **E** Indígena ou de origem indígena.

2.7 Escolaridade do pai: **A** Fundamental – Incompleto. **B** Fundamental – Completo.

C Médio – Incompleto. **D** Médio – Completo. **E** Superior –Cursando – Qual, local, e instituição de ensino? _____ . **F** Superior – Completo - Qual, local, e instituição de ensino? _____ .

2.8 Escolaridade da mãe: **A** Fundamental – Incompleto. **B** Fundamental – Completo.

C Médio – Incompleto. **D** Médio – Completo. **E** Superior –Cursando – Qual, local, e instituição de ensino? _____ . **F** Superior – Completo - Qual, local, e instituição de ensino? _____ .

2.9 Atividade do Pai: _____

Possui renda fixa: **A** Aposentadoria. **B** Benefícios. **C** Atividade não agrícola **D** Outros, qual? _____ .

2.10 Atividade da Mãe: _____

Possui renda fixa: **A** Aposentadoria. **B** Benefícios. **C** Atividade não agrícola **D** Outros, qual? _____ .

2.11 Qual a faixa de renda mensal (somadas) dos pais?

A Até 2 salários mínimos. **B** Mais de 2 até 3 salários mínimos. **C** Mais de 3 até 5 salários mínimos. **D** Mais de 5 até 10 salários mínimos. **E** Mais de 10 salários mínimos.

3. Caracterização da propriedade rural:

3.1 Área própria (hectares): _____

3.2 Área arrendada (hectares): _____

3.3 Atividades agropecuárias realizadas: **A** Milho. **B** Soja. **C** Arroz. **D** Batata. **E** Fumo. **F** Leite. **G** Carne. **H** Horticultura. **I** Fruticultura. **J** outros.

Quais? _____.

3.4 Possui acesso a infraestrutura produtiva? **A** Mecanização (tratores, implementos agrícolas, tecnologias de produção). **B** Veículo utilitário (camionete ou caminhão). **C** Luz elétrica. **D** Internet. **E** Água. **F**

Outros _____.

3.5 Endereço: Localidade e distrito da propriedade? _____.

4. Opinião dos jovens quanto a sucessão familiar na agricultura

4.1 Quem irá continuar na propriedade rural familiar?

A O próprio. **B** Irmãos. **C** Não decidi. **D** Outros, quem? _____.

4.2 Em caso da resposta no item 4.1 forem à alternativa “C”, responda o quadro abaixo conforme a relevância de cada fator.

Circule o número que corresponda ao seu grau de concordância!

Fatores relevantes para tomada de decisão no processo de sucessão geracional na agricultura familiar.

1–Não relevante 2 –Pouco relevante 3 - Indiferente 4 - Relevante 5 –Muito relevante						
01	Sou muito jovem para esta decisão.	1	2	3	4	5
02	Estou aguardando o futuro da agricultura.	1	2	3	4	5
03	Estou a espera de alternativas profissionais nos centros urbanos.	1	2	3	4	5
04	Vou concluir meus estudos e após tomarei a decisão.	1	2	3	4	5
05	Indefinição sobre o meu futuro.	1	2	3	4	5
06	Há mais de um interessado para suceder as atividades agrícolas, porém, há pouca estrutura disponível para todos.	1	2	3	4	5

5. Fatores relevantes para a permanência do jovem rural

5.1 Responda as perguntas abaixo considerando sua percepção quanto às afirmativas abaixo, considerando que são fatores relevantes para a sua permanência no meio rural.

Circule o número que corresponda ao seu grau de concordância!

Fatores relevantes para tomada de decisão no processo de sucessão geracional na agricultura familiar.

1–Não relevante 2 –Pouco relevante 3 - Indiferente 4 - Relevante 5 –Muito relevante						
01	Acesso à terra.	1	2	3	4	5
02	Ausência de expectativa de geração de renda regular e satisfatória.	1	2	3	4	5
03	Ausência de estímulo à permanência por parte dos pais.	1	2	3	4	5
04	Outras expectativas profissionais nos centros urbanos.	1	2	3	4	5
05	A propriedade não comporta todos os filhos na atividade rural.	1	2	3	4	5
06	Ausência de escolas técnicas, agrícolas e universidades na zona rural.	1	2	3	4	5
07	Desvalorização do trabalho agrícola com a oferta (disponibilidade) de emprego urbano.	1	2	3	4	5
08	Valorização do estudo como meio de ascensão (avanço para outros mercados de trabalho).	1	2	3	4	5
09	Atividades não agrícolas são mais atrativas.	1	2	3	4	5
10	Desvalorização da identidade de agricultor.	1	2	3	4	5
11	Desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação).	1	2	3	4	5
12	Ausência de remuneração fixa pelo trabalho do filho na agricultura.	1	2	3	4	5
13	Ausência dos filhos na participação das decisões produtivas na propriedade.	1	2	3	4	5
14	Troca de experiências com jovens da cidade desestimulam a permanência no meio rural.	1	2	3	4	5
15	A noção de “vida urbana” com mais liberdade e lazer.	1	2	3	4	5
16	Escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano.	1	2	3	4	5
17	Participação em cooperativas/associações.	1	2	3	4	5
18	Imagem inferior de jovens do meio rural em comparação jovens da cidade.	1	2	3	4	5
19	Incentivo dos pais para os jovens saírem do meio rural.	1	2	3	4	5
20	Dificuldades no trabalho agrícola: cansativo, falta de horário, baixa valorização social, baixos rendimentos, falta de lazer.	1	2	3	4	5
21	Acesso aos meios de comunicação, como a internet	1	2	3	4	5
22	Ausência de outras fontes de renda (ex., pluriatividade e transferências sociais).	1	2	3	4	5
23	Aquisição de tecnologias para facilitar o trabalho.	1	2	3	4	5
24	Tomada de decisão apenas sob controle dos pais.	1	2	3	4	5
25	Intempéries climáticas e outras incertezas na agricultura geram desmotivação em permanecerem no meio rural.	1	2	3	4	5
26	Transformações no mercado e dificuldade de comercialização dos produtos.	1	2	3	4	5
27	Falta de diálogo entre membros da família, principalmente pais e filhos para o planejamento da sucessão.	1	2	3	4	5
28	Participação feminina em atividades produtivas e administrativas	1	2	3	4	5

1–Não relevante 2 –Pouco relevante 3 - Indiferente 4 - Relevante 5 –Muito relevante						
29	Prejuízos à saúde provocados pela penosidade do trabalho	1	2	3	4	5
30	Políticas públicas como, por exemplo: Assistência Técnica, Crédito Fundiário, Pronaf Mais Alimentos, Programa Minha Casa Minha Vida no Campo, entre outros.	1	2	3	4	5